

Análise do Discurso e Relações Internacionais: duas abordagens¹

Aureo de Toledo Gomes (UFU)²

RESUMO: *O artigo almeja mostrar algumas contribuições que a Análise do Discurso (AD) traz para o estudo das relações internacionais. Assim, contrastam-se as contribuições de Ernesto Laclau e Chantall Mouffe com as de Norman Fairclough revisando dois livros que os utilizam como referencial teórico para a análise do mesmo objeto de estudo: a chamada Guerra ao Terror. Pretende-se mostrar que o conceito de discurso tem significados e aplicações diversas, que dependem do sistema teórico no qual está incluído. Assim, as duas concepções de discurso e linguagem não podem ser entendidas como meras operações de análise de um único enunciado ou de uma conversa entre duas pessoas; ao invés disso, a AD lida com questões epistemológicas importantes que causam impactos significativos para a compreensão do mundo social. Por fim, pretendemos sumarizar algumas potencialidades, limitações e agendas de pesquisas que a AD traz para as relações internacionais.*

PALAVRAS-CHAVE: *Análise do discurso; Relações Internacionais; Pós-Positivismo.*

ABSTRACT: *The article aims to show some contributions that Discourse Analysis brings to the study of international relations. It contrasts the ideas of Ernesto Laclau and Chantal Mouffe against the ones proposed by Norman Fairclough reviewing two books that use their theoretical reflections to study the same object, the so-called war on terror. We intend to demonstrate that the concept of discourse has several different meanings and applications, depending on the theoretical*

¹ Uma versão prévia deste texto foi apresentada no III Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais, em julho de 2011. Agradeço os valiosos comentários de Victor Coutinho Lage, debatedor do trabalho durante o evento, e do(a) parecerista da revista Política Hoje. Gostaria também de registrar meus agradecimentos a Osmany Porto de Oliveira, pelas indicações bibliográficas relativas à obra de Ernesto Laclau e ao Prof. Dr. Daniel de Mendonça (UFPEL), pelas explicações sobre a teoria do discurso laclauiana. Quaisquer equívocos ou omissões que porventura teimem em persistir são de minha única e exclusiva responsabilidade.

² Professor do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e doutorando em Ciência Política (USP). Contato: aureo@ie.ufu.br

system in which it is embedded. Therefore, these two conceptions of discourse and language should not be understood merely as a very narrow enterprise that concentrates on a single utterance or at most as a conversation between two people: rather, discourse analysis deals with important epistemological questions that have serious impacts on how to understand the social world. Finally, we intend to summarize some potentials, limitations and research agendas that discourse analysis presents to international relations.

Keywords: *Discourse analysis, International Relations, Post-Positivism.*

INTRODUÇÃO

Em discurso proferido para a convenção anual da International Studies Association, e posteriormente transformado em artigo, Robert Keohane (1988) procurava contrastar duas abordagens para o estudo das relações internacionais, que em seu texto foram denominadas racionalista e reflexivista. Grosso modo, enquanto a primeira, herdeira do positivismo, salientaria a distinção entre fatos e valores, a busca constante por regularidades no mundo social, a utilização de metodologias semelhantes às das ciências naturais e a avaliação do conhecimento pela validação empírica e falseabilidade, a segunda centraria suas atenções em como a subjetividade humana e as relações de poder, por exemplo, impactam a produção do conhecimento sobre o mundo. Não é segredo algum a preferência do autor pelo primeiro tipo de abordagem; contudo, a grande crítica de Keohane aos reflexivistas calçou-se principalmente na falta de um programa de pesquisa definido em termos de teoria e hipóteses que pudessem ser aplicados e posteriormente replicados (RESENDE, 2010).

Nas réplicas que os reflexivistas endereçaram a Keohane, podemos destacar que, de alguma forma ou de outra, uma linha manteve-se constante: a crítica de Keohane fundamenta-se numa visão positivista sobre a produção do conhecimento científico e os autores em questão, sejam eles teóricos críticos, pós-estruturalistas, feministas, pós-colonialistas, entre outros, almejavam questionar esta forma de se tentar conhecer e desvelar a realidade social. Não se trata de uma simples disputa sobre qual metodologia deve ser empregada para conhecermos o mundo: objetiva-se debater qual a natureza das relações internacionais e como podemos apreender essa realidade – se é que podemos. Discussões ontológicas e epistemológicas, portanto.

Influenciados pelos debates provenientes de outros ramos das Ciências Humanas, os autores envidaram esforços para o desenvolvimento de uma crítica aos pressupostos ontológicos, epistemológicos e metodológicos que afiançavam as abordagens racionalistas, levando as discussões para questões como a produção do conhecimento dito científico e a emancipação humana. Assim, passados mais de vinte anos do discurso de Keohane, é possível afirmar que as contribuições pós-positivistas³ cresceram significativamente em nossa área, sempre se atendo à idéia de que teoria e prática são tarefas indissociáveis, que o mundo é socialmente construído e que, conseqüentemente, temos responsabilidades sobre que realidade pretendemos edificar.

³ Ao usarmos contribuições pós-positivistas, não estamos querendo dizer que abordagens como Teoria Crítica, Feminismo, Pós-estruturalismo e Pós-colonialismo possuem grandes semelhanças entre si e que, por isso, podem ser agrupados sob um mesmo guarda-chuva. Pelo contrário, os pressupostos ontológicos e epistemológicos dessas abordagens são muitas vezes distintos e até mesmo contrários uns aos outros; contudo, seguindo Barros (2006), o que os une são mais as suas rejeições ao projeto positivista do que qualquer outra coisa.

Uma das grandes oxigenações que este Terceiro Debate⁴ (LAPID, 1989) proporcionou à área de Relações Internacionais⁵ centra-se na relação entre linguagem e realidade, o que se convencionou chamar de Virada Linguística e que já havia atingido a Linguística, Sociologia e Filosofia. Tal movimento busca romper com a concepção representacionista da linguagem, ou seja, afastar-se da idéia de que a linguagem seria única e exclusivamente um reflexo das condições materiais e/ou ideacionais da sociedade. Segundo Gracia (2004, p. 33):

“Ela [a linguagem] é a própria condição de nosso pensamento e, para entender esse último, temos de nos concentrar nas características da linguagem em vez de contemplar o suposto mundo interior de nossas idéias. Nosso conhecimento do mundo não se radica nas idéias que dele fazemos; ele se abriga, sim, nos enunciados que a linguagem nos permite construir para representar o mundo.”

Logo, a ruptura com a concepção representacionista nos possibilita entender a linguagem como, parafraseando John Austin (1975), um instrumento para fazer coisas, ou seja, algumas ações só se concretizariam mediante a linguagem. Logo, deveríamos agregar às funções descritivo/representacionais da linguagem, um caráter produtivo, um elemento formador de realidades. Os autores alinhados à Virada Linguística procuraram cambiar a relação idéias/mundo pelo eixo linguagem/mundo, argumentando que para se compreender não apenas o conhecimento que temos do mundo mas também a própria estrutura de

⁴ Enquanto o Primeiro Debate foi aquele travado entre realistas e idealistas no pós-Primeira Guerra Mundial e versava sobre o objeto de estudo das Relações Internacionais (a política internacional como ela era ou como ela deveria ser), o Segundo Debate, a partir da década de 1950 procurou discutir o método a ser utilizado nas análises, opondo behavioristas e historiadores.

⁵ Para fins de diferenciação, optamos por grafar Relações Internacionais com caixa alta quando nos referirmos à área de estudo e as relações internacionais quando tratarmos do objeto de estudo da área.

nosso pensamento, é interessante voltarmos nossas atenções para a estrutura lógica de nossos discursos.

Agitadas por essas movimentações intelectuais, cresceram nos últimos anos as obras em Relações Internacionais que fazem uso da Análise do Discurso (doravante, AD) como estratégia para estudo de diversos objetos de pesquisa. É importante destacar, contudo, que a AD não é sinônimo da Virada Linguística: enquanto a última pode ser considerada um desenvolvimento da filosofia ocidental iniciado durante o século XIX, que se espalhou para outras disciplinas das humanidades e cuja principal característica é a centralidade da relação entre linguagem e mundo, fazendo surgir a possibilidade de considerarmos a ação científica como prática social e propor à ciência social um epistemologia não-representacionista, a primeira, de acordo com Orlandi (1999, p.p. 26-27):

“(...) visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos. Essa compreensão, por sua vez, implica em explicitar como o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido.”

A originalidade e singularidade da AD, principalmente na sua vertente francesa⁶, podem ser entendidas pela tríplice relação entre (1) a idéia de que a língua tem sua ordem própria mas só é relativamente autônoma; (2) a realidade da história é afetada pelo simbólico; e (3) o sujeito da linguagem é assujeitado, ou seja, é afetado tanto pelo real da

⁶ Mussalim (2001, p. 113) destaca também, além da AD francesa, a AD de origem anglo-saxã, cuja diferença pode ser explicitada no fato de que a última “considera a intenção dos sujeitos numa interação verbal como um dos pilares que a sustenta, enquanto a AD francesa não considera como determinante essa intenção do sujeito”. Como as análises em Relações Internacionais privilegiam as abordagens inspiradas pela tradição francesa, em especial aquelas inspiradas pelos trabalhos de Michel Foucault, optamos por centrar nossas atenções nessa vertente. Para uma excelente introdução à Linguística, sugerimos a coletânea editada por Mussalim e Bentes (2001; 2001a; 2004).

língua como também pela realidade histórica, culminando na ausência de controle sobre como as variáveis anteriores o afetam (ORLANDI, 1999). Dito de outra forma, a AD francesa surge a partir de cruzamento bastante profícuo entre a discussão marxista sobre ideologia, o estruturalismo francês na lingüística, cuja principal referência é Saussure (2006), e influências da psicanálise lacaniana.

Todavia, o que por vezes ainda prevalece nas discussões em Relações Internacionais é uma visão de AD enquanto meramente um método: a despeito das diferentes filiações intelectuais de autores como Foucault, Pechêux e Maingueneau - para ficarmos em apenas alguns nomes -, opta-se por aplicar a AD a determinados objetos sem o devido cuidado com as concepções de discurso e de história intrínsecas a ela. Ilustrativo do que é a AD é o título do livro de Jorgensen e Phillips (2002): *Análise Discursiva como Teoria e Método*. Ademais, os críticos também acusam a AD de textualismo, ou seja, uma leitura até cuidadosa de documentos primários e secundários, mas apenas isso.

Guardadas as devidas proporções, a meta do presente artigo inspira-se na natureza das réplicas que os reflexivistas dirigiram a Keohane: para avaliar os potenciais e as limitações da AD em Relações Internacionais, é mister abordarmos o que a AD pretende fazer, além de um maior escrutínio sobre quais são suas concepções de discurso e que tipos de perguntas podemos lhe dirigir. Tarefas que, num primeiro momento, podem ser óbvias, mas ainda abordadas sem o devido cuidado em nossa área.

Reconhecendo que a AD tem um percurso histórico e teórico bastante consolidado na Linguística, o que, por questões de espaço, nos impede de tentar sintetizar todas as suas principais discussões, a estrutura

na qual nosso argumento se desenvolve é a seguinte: primeiramente, procuraremos exemplificar como autores de Relações Internacionais estão trabalhando com a questão do discurso mediante a revisão de duas obras que versam sobre a mesma temática, mas por rotas distintas. Enquanto Lee Jarvis investiga a Guerra ao Terror por meio das teorizações de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, Richard Jackson estuda o mesmo objeto fazendo uso do que se convencionou chamar de Critical Discourse Analysis (doravante, CDA).

Em segundo lugar, procuraremos contrastar as teorizações de Laclau e Mouffe com as do CDA, em especial as de seu principal autor, Norman Fairclough, procurando iluminar quais são seus pressupostos epistemológicos e metodológicos – um aspecto pouco abordado nas obras revisadas. Enfim estaremos habilitados para, na terceira seção, apresentarmos potencialidades e limitações dessas duas abordagens para o estudo as relações internacionais, assim como esboçar possíveis agendas de pesquisa.

ANALISANDO A GUERRA AO TERROR

Os atentados de 11 de setembro de 2001 incentivaram um sem-número de estudos que avaliaram os impactos da ameaça do terrorismo internacional e dos chamados Estados Falidos no sistema internacional e que reorientações poderíamos visualizar na política externa norte-americana (LITWAK, 2007; PILLAR, 2003; WALT, 2005). É possível afirmar que o leitmotiv dessas investigações é o que Lynn-Doty (1993) chamaria de perguntas tipo por que (why-questions): encontrar os determinantes da mudança de comportamento nos países e/ou os impactos que dado evento trouxe para a política internacional. Uma

análise discursiva sobre a Guerra ao Terror, contudo, possui metas diametralmente opostas, direcionando-se para o que a mesma autora acima citada chamou de perguntas tipo como (how-questions): que sentidos estão presentes na Guerra ao Terror, como os mesmos foram produzidos e inscritos nos principais sujeitos sociais em questão.

Times of Terror, de Lee Jarvis, e *Writing the War on Terror*, de Richard Jackson, são duas tentativas de se pensar um objeto de pesquisa inicialmente circunscrito à área de Relações Internacionais pelo prisma da AD. Ambos os autores querem mostrar que sentidos foram produzidos pelos documentos relacionados à temática “terrorismo” pelo governo dos Estados Unidos. De outra forma, como foi possível que os esforços de guerra empreendidos pela administração George W. Bush fossem enquadrados como Guerra ao Terror. Antes de avançar, é importante destacarmos que as duas obras não esgotam a produção sobre discurso e terrorismo, muito menos sobre discurso e Relações Internacionais⁷: o fato de terem sido escolhidas como ponto de partida para nossa reflexão justifica-se por tratarem o mesmo objeto, mas sob referenciais teórico-metodológicos distintos, o que nos permitiria, a princípio, esclarecer as diferenças entre as abordagens em questão.

Primeiramente, Jarvis. Ao analisar um corpus de mais de 600

⁷ Há outros autores não menos importantes que também envidam esforços para estreitar os laços entre AD e terrorismo. Adam Hodges (2008), por exemplo, procura verificar como as ações discursivas no nível micro (discursos políticos, reportagens da imprensa, entre outros) se conectam e formam o que ele denomina a narrativa da Guerra ao Terror de Bush (*Bush 'war on terror' narrative*) mediante os conceitos do CDA. Uma coletânea organizada por Hodges e Nilep (2007) e outra por Howarth e Torfing (2005) trazem contribuições diversas que procuram também relacionar terrorismo, segurança e política externa com análises discursivas. Não obstante, uma parte considerável desses estudos utiliza os mesmos referenciais teóricos ora apresentados. Por fim, remetemos também o leitor para as obras de Hansen (2006) e Malmvig (2011), as quais examinam três intervenções militares (Bósnia, Kosovo e Argélia) fazendo uso da análise discursiva.

textos do governo norte-americano de órgãos como a Casa Branca, o Departamento de Estado, o Departamento de Defesa, entre outros, o autor nota que a dimensão temporal foi essencial para que o empreendimento bélico do então presidente George W. Bush fosse percebido como necessário, legítimo e coerente, além de fundamental importância para a construção das identidades políticas envolvidas no conflito. De forma abreviada, o argumento é o seguinte (JARVIS, 2009, p. 17):

“(…) ao realçar a importância da temporalidade dentro da reconstituição da Guerra ao Terror, demonstrarei que invocações sobre o tempo sempre possuem um papel radicalmente construtivo: um papel que serve para facilitar o nascimento de identidades, instituições, entre outros, os quais fazem parte de nossa existência. Ademais, procurarei mostrar que invocações sobre o tempo – qualquer invocação sobre o tempo – funcionam por meio de exclusões de compreensões de temporalidade alternativas e não menos plausíveis – e, conseqüentemente, pela exclusão também de respostas igualmente plausíveis sobre a passagem do tempo. Em suma, argumentarei que é simplesmente impossível conceber a temporalidade como um movimento da história dissociado de qualquer noção de poder e de política.”⁸

É possível extrair do trecho supracitado, assim como da análise apresentada pelo autor ao longo do livro, a hipótese de que a articulação da dimensão temporal para a construção dos sentidos foi essencial não apenas para a construção de identidades políticas e para prover justificativas para as ações, como também foi para moldar as medidas contraterroristas que o governo apresentou após o 11 de setembro.

Durante o período sob investigação, que compreende os dois mandatos de George W. Bush, Jarvis encontra três articulações temporais, contraditórias entre si, porém fundamentais para a inscrição de sentidos à Guerra ao Terror. Dentro da primeira, descontinuidade radical

⁸ As traduções do inglês para o português realizadas ao longo do texto são de nossa responsabilidade e para uso exclusivo neste trabalho.

(radical discontinuity), temos três variações sobre o tema da ruptura: o 11 de setembro como aviso ou lição, ou seja, um marco na história que inauguraria um novo ambiente de segurança, com novos inimigos; os atentados como uma declaração de guerra, um novo conflito instigado por terceiros para dentro do qual os EUA foram catapultados; e a idéia de autotransformação, a qual marcaria a mudança da população norte-americana, de um hedonismo e materialismo para uma união nacional em prol do esforço bélico. Essas interpretações enquadrariam as reações do governo como inevitáveis, pois a guerra começou após os ataques; necessárias, visto que o país estava sob ataque de um novo inimigo; e justas, tendo-se em mente a possibilidade de novas agressões.

Uma segunda interpretação é a da linearidade temporal (linear times), subdivida em continuidade, isto é, o 11 de setembro é inserido como apenas mais capítulo num contínuo de violências terroristas; normalidade moderada, a concepção de que, a despeito das agressões, a vida voltaria ao normal devido às ações governamentais e ao espírito do povo norte-americano; e, por fim, a progressão, ou seja, mesmo que os desafios sejam grandes, a vitória final é inexorável. Tais leituras, segundo o autor, privilegiariam uma trajetória histórica sobre o terrorismo, ocultando as diferenças entre os atos terroristas de hoje e de outrora, além de despolitizar as ações do governo dos EUA pré e pós ataques e demonizar os agentes terroristas. Ademais, a inevitabilidade da vitória norte-americana, ainda que não fosse possível precisar o quando e o como, daria maior segurança política às ações do governo e as blindaria das críticas.

Por fim, a atemporalidade (timelessness), terceira articulação temporal, possibilitaria a fixação de um sentido específico à Guerra ao

Terror: uma luta perene entre o bem e o mal, entre a liberdade e o medo, mais um capítulo em que dois eternos inimigos se digladiaram no ringue da história. Por conseguinte, a Guerra ao Terror seria um conflito não apenas necessário e inevitável, mas também moralmente justo, no qual a inação seria impensável. Novamente, demoniza-se o inimigo terrorista de um lado, glorificando-se as ações engendradas pelo governo do outro.

As dimensões temporais iluminadas pela análise de Jarvis e inscritas nas ações norte-americanas foram, no entender do autor, essenciais para se gravar sentidos específicos aos eventos em questão e também para facilitar as respostas dadas pelo governo. Da leitura proposta, portanto, extrai-se a concepção de Laclau e Mouffe (1985) sobre o funcionamento do discurso: ele é um redutor de possibilidades, uma tentativa de se fixar sentidos em detrimento de outras tantas possibilidades. Interpretações alternativas são agrupadas no que os autores chamam de campo da discursividade e o sentido de um discurso nunca é definitivo, estará sempre em choque com aqueles presentes no campo da discursividade. Daí pode-se também inferir que o poder não é concebido apenas como uma capacidade que alguém possui ou como dominação: poder é entendido como atos políticos de inclusão e exclusão que formatam os sentidos sociais. Jarvis apresenta essa discussão, mas outros temas e conceitos importantes de Laclau e Mouffe poderiam ser mais bem explicitados – tarefa que nos propomos a fazer na próxima seção.

Antes, contudo, passemos por Jackson (2005). De início, o autor aponta que sua obra versa sobre a linguagem pública da Guerra ao Terror e como a mesma foi utilizada para justificar e normalizar uma campanha global de contraterrorismo. Mediante um corpus de 100 textos, o autor argumenta que:

“O processo de indução do consenso – de normalização da prática da guerra – requer mais do que propaganda ou diplomacia pública; requer, na verdade, a construção de uma nova linguagem, ou um tipo de narrativa pública, que constrói aprovação enquanto que, ao mesmo tempo, suprime dúvidas individuais e maiores protestos públicos. Requer a reconstrução do mundo e a criação de uma nova e inquestionável realidade na qual a aplicação da violência estatal parece ser normal e razoável (JACKSON, 2005, p.01).”

De forma sucinta, podemos afirmar que a meta é mostrar como a linguagem pública produzida após os atentados terroristas de 11 de setembro normaliza e reifica as práticas da Guerra ao Terror, fazendo com que as mesmas aparentem ser naturais e inevitáveis. Logo, o discurso produzido é pensado como forma para se atingir determinados objetivos políticos, em especial a legitimação do contraterrorismo, o fortalecimento das autoridades governamentais, a supressão de críticas oriundas da sociedade doméstica, além de forçar uma unidade nacional. Antes que se diga que linguagem para Jackson seria o mesmo que ideologia, no sentido de que esta última seria uma distorção da realidade, o autor antecipa-se e argumenta que a relação linguagem - práticas sociais é de via dupla, ou seja, reforçam-se mutuamente.

Assim sendo, no decorrer do livro, teríamos 5 etapas fundamentais para a construção dos sentidos da Guerra ao Terror. O primeiro passo refere-se à escolha da interpretação a ser inscrita aos atentados pois, na incapacidade inicial para se compreender o que havia acontecido, Jackson argumenta que as escolhas para as descrições estavam longe de ser neutras. Assim, teríamos dois sentidos que teriam sido privilegiados para enquadrar os eventos: o 11 de setembro como uma tragédia excepcional e injusta contra os EUA; e os atentados como atos de guerra. As principais conseqüências dessa visão seriam

compreender os EUA como a grande vítima e, por conseguinte, a retaliação como um ato de autodefesa e o tratamento dado aos suspeitos de terrorista como apropriados⁹.

O segundo movimento fundamental relacionar-se-ia à caracterização das identidades políticas envolvidas na situação. A meta seria evidenciar como foi discursivamente construída a imagem dos perpetradores dos ataques enquanto bárbaros, incivilizados e selvagens, de um lado e, de outro, a visão dos EUA e seu aliados como heróis, civilizados e pacíficos. Tais dicotomias habilitariam a administração Bush a tratar os terroristas como inumanos, o que evitaria possíveis acusações de desrespeito aos direitos humanos e justificariam os atos de tortura, por exemplo.

O terceiro passo refere-se à construção do perigo terrorista para os EUA, algo semelhante ao que Campbell (1992) já havia evidenciado quando de seu estudo sobre a relação entre a política externa norte-americana e a questão da identidade: a construção discursiva do perigo nos documentos de política externa seria fundamental para a afirmação da identidade nacional norte-americana e para justificar e legitimar as ações externas do país. Jackson afirma que a idéia do perigo de um novo terrorismo absolveria as autoridades e os serviços de inteligência por terem fracassado na antecipação aos ataques; ampliaria os poderes políticos do governo, porquanto a obrigação em lidar com o novo demandaria novas regras e mais recursos para a resposta; e, por fim, o imperativo de se burlar a política normal ao se criar uma situação de

⁹ À guisa de ilustração, é interessante traçarmos um paralelo entre as justificativas para o uso de tortura nos interrogatórios da CIA e a excepcionalidade da Guerra ao Terror. Segundo palavras do próprio ex-presidente, se eu não tivesse autorizado o waterboarding (técnica de tortura que simula um afogamento) em lideranças da Al Qaeda, eu estaria aceitando a possibilidade nosso país ser atacado. Após o 11 de setembro, era um risco que eu não poderia correr (BUSH, 2010, p. 222).

extrema emergência, que demandaria medidas controversas que muitas vezes colidiriam com o sistema de pesos e contrapesos da democracia norte-americana.

Em quarto lugar, temos o registro do 11 de setembro como uma guerra justa, ou seja, uma guerra definida em termos de autodefesa e portanto, apenas defensiva para assegurar a justiça e defender a liberdade e a democracia. Cabe destacar também a linguagem utilizada para a descrição dos alvos, que deixam de envolver vidas humanas e passam a ser complexos estratégico-militares, o que culminaria na visão de que qualquer morte civil acidental seria meramente um efeito colateral. Ademais, temos ainda a visão de uma guerra vencível, que minimizaria os sacrifícios econômicos e humanos que a população norte-americana teria que enfrentar, além da idéia de que os EUA receberam um chamado divino para a missão. Finalmente, a última etapa refere-se à transmissão do discurso, ou seja, como um discurso construído se transmite via mídia e instituições como universidades, igrejas e fundações e amplifica a potência do argumento em tela. Esta etapa, contudo, é, em nosso entender, um dos pontos que merecem maior problematização no argumento de Jackson – o que nos propomos a fazer nas seções seguintes.

DUAS ABORDAGENS SOBRE DISCURSO

As obras de Jarvis e Jackson são duas possibilidades de se pensar problemas até então circunscritos às Relações Internacionais a partir de análises discursivas. No entanto, pela revisão apresentada, ainda que a mesma tenha se restringido a extrair os principais achados do argumento

dos autores, é possível notar diferenças consideráveis. É importante frisar, portanto, que a AD não é apenas textualismo; por trás de seus achados jazem concepções de discurso que variam segundo o edifício teórico utilizado. Conforme Jorgensen e Phillips (2002, p. 3-4), a AD, a despeito de em princípio poder ser usada para diversas áreas de pesquisa, não pode ser usada com qualquer teoria. Pelo contrário, e tratando-se especificamente das aqui arroladas, AD é um pacote completo, cujo conteúdo tem:

“(...) primeiro, premissas filosóficas (ontológicas e epistemológicas) relativas ao papel da linguagem na construção social do mundo; segundo, modelos teóricos; terceiro, parâmetros metodológicos sobre como abordar determinado domínio; e quatro, técnicas específicas para a análise. Na análise discursiva, teoria e método estão combinados e os pesquisadores devem aceitar as premissas filosóficas básicas para poderem usar a AD como método para o estudo empírico.”

Assim sendo, o objetivo da presente seção é aprofundar a discussão dos modelos de AD utilizados por Jarvis e Jackson. Entendemos este como um movimento necessário por dois motivos: primeiro, mais em Jarvis e menos em Jackson, a discussão teórica poderia ter sido mais bem apresentada e questões relativas ao sucesso ou fracasso de uma análise, a princípio, não ficaram tão claras; e, em segundo lugar, para que possamos apontar potencialidades, limitações e que rumos a AD pode ter em Relações Internacionais, é mister sabermos de onde estamos partindo.

Ambas as abordagens são debitárias das discussões alavancadas por Foucault e sua concepção de discurso (1996; 2009). Segundo o autor, o discurso deveria ser entendido como práticas dispersas, isto é, elementos que não estariam ligados por nenhum princípio de unidade, e que sistematicamente formam os objetos sobre os quais se falam. Grosso

modo, em suas preocupações iniciais – principalmente em sua fase arqueológica - os discursos eram vistos como regras para a constituição de áreas do conhecimento, que determinariam o que poderia ser considerado como verdadeiro e aceitável em certo período histórico. Em consonância com Brandão (2004, p. 32), caberia ao analista descrever essa dispersão, buscando o estabelecimento de regras capazes de reger a formação do discurso.

Assim, o discurso passa a ser visto como constitutivo, contribuindo para a produção, transformação e reprodução dos objetos e da vida social. Uma das grandes – senão a principal – contribuições de Foucault para a AD é, segundo Fairclough (2008, p. 66), a visão de que:

“(...) o discurso tem uma relação ativa com a realidade, (...) a linguagem significa a realidade no sentido da construção de significados para ela, em vez de o discurso ter uma relação passiva com a realidade, com a linguagem meramente se referindo aos objetos, os quais são tidos como dados na realidade.”

As semelhanças, porém, são apenas iniciais. Seguindo o raciocínio de Jorgensen e Phillips (2002), duas são as principais diferenças entre Laclau e Mouffe e os CDA: o papel do discurso na construção social do mundo e o foco da análise.

A principal obra de Laclau e Mouffe, *Hegemony and the Socialist Strategy: towards a Radical Democratic Politics* (1985, doravante HSS)¹⁰, é uma tentativa dos autores em renovar os debates marxistas,

¹⁰ É importante destacar uma divisão temática dos trabalhos posteriores de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe após a publicação de HSS. Enquanto o primeiro se dedicou a aprimorar a sua teoria do discurso e o debate sobre a questão da hegemonia como categoria para a compreensão da política em obras como *New Reflections on the Revolution of our times* (LACLAU, 1993), *Emancipation(s)* (LACLAU, 1996), *Contingency, Hegemony and Universality* (BUTLER, LACLAU, ZIZEK, 2000) e a mais recente *La Razón Populista* (LACLAU, 2005), Mouffe enveredou para discussões

criticando o que entendiam ser alguns equívocos, em especial a essencialização das identidades de classe, o uso a priori de paradigmas intepretativistas com respeito à história e o privilégio da chave binária infraestrutura/superestrutura em detrimento de outros modelos explicativos. Para avançar nas discussões, os autores desenvolvem, segundo Howarth (2000), uma teoria do discurso (discourse theory), na qual estendem o escopo do discurso, abarcando todas as relações e práticas sociais. Em outras palavras, a meta dos autores é compreender todas as relações sociais a partir da lógica do discurso e, por isso, a categoria discurso está longe de ser subsumida a um conjunto de textos. Para os autores, discurso capta a idéia de que todos os objetos e ações são objetos de discurso, ou seja, toda estrutura discursiva é uma construção social e política caracterizada pelo estabelecimento de relações entre diferentes objetos e práticas. Em trecho bastante conhecido, Laclau e Mouffe (1985, p. 108) afirmam que:

“O fato de que cada objeto é constituído como um objeto de discurso não tem nada a ver com questões relativas a se existe um mundo externo ao pensamento ou com a oposição realismo/idealismo. Um terremoto ou a queda de um tijolo certamente são eventos que existem, no sentido que ocorrem aqui e agora, independente da minha vontade. Mas se suas especificidades enquanto objetos são construídas em termos de ‘fenômeno natural’ ou ‘expressões da raiva de Deus’, tais sentidos dependem da estruturação de um campo discursivo. O que é negado não é o fato de que esses objetos existem externamente ao pensamento, mas sim a idéia de que eles se constituem enquanto objetos fora de quaisquer condições discursivas de emergência.”

Os autores apropriam-se da diferença avançada por Heidegger entre existir e ser para explicar que não negam a existência do mundo

de filosofia política, em especial os debates sobre a noção de democracia radical, dialogando com Rawls e Habermas, por exemplo, a partir de obras como *Dimensions of Radical Democracy* (MOUFFE, 1992), *The Return of the Political* (MOUFFE, 1993) e *The Democratic Paradox* (MOUFFE, 2000).

externo ao pensamento, mas que o mesmo só é conhecido e adquire sentido por meio de construções discursivas. Destarte, não se nega a materialidade dos objetos; o que os autores apontam é que nenhum objeto tem significado a priori e que a construção dos sentidos depende da constituição de um campo discursivo. Enquadrar a Guerra ao Terror como uma luta entre o bem e o mal ou como uma consequência das ingerências norte-americanas no Oriente Médio e Ásia Central, portanto, depende de uma estruturação discursiva, com vocabulário e sentidos próprios. A fixação dos sentidos, segundo os autores, se daria em torno de pontos nodais, um signo privilegiado em torno do qual outros signos seriam ordenados, ou seja, o sentido desses signos emergiriam do seu relacionamento com o ponto nodal. Esse processo de fixação de sentidos em torno de um ponto nodal é chamado de articulação e a totalidade estruturada da prática articulatória é que poderíamos chamar de discurso. Todas as possibilidades de sentidos excluídas são chamadas pelos autores de campo da discursividade, e a fixação de sentido é apenas parcial pois ele sempre estará em conflito com a multiplicidade de sentidos presentes no campo da discursividade. De acordo com Jorgensen e Phillips (2002, p. 27):

“O campo da discursividade é entendido como tudo aquilo fora do discurso, tudo o que o discurso exclui. Mas exatamente porque o discurso é sempre constituído em relação a algo externo, ele sempre estará em perigo de ser desestabilizado por esse externo, isto é, a unidade de sentido está sempre em perigo de se romper devido a outras formas de se fixar o sentido dos sinais.”

Assim, conforme já dito anteriormente, para Laclau e Mouffe o discurso é visto como redutor de possibilidades, uma tentativa de se fixar um sentido em particular o que leva à exclusão de outros não menos

plausíveis. De certa forma, podemos dizer que o foco da análise é a verificação de como discursos limitam nossas possibilidades de ação. Todavia, não se quer dizer que determinada fixação perdurará para sempre; as articulações discursivas são intervenções contingenciais, que por estarem sempre em confronto com outras possibilidades de sentido, deixam espaço para lutas constantes sobre que discursos devem prevalecer, como sentidos devem ser inscritos em determinados signos e assim por diante. Dessa forma, a noção de discurso pressupõe a não existência de uma totalidade anterior à prática significativa assim como a natureza contingente de todos os sentidos em decorrência disto (PINTO, 1999). É a partir da concepção de que seria impossível fixar um sentido final ao todo social que Laclau afirma a ideia de impossibilidade da sociedade, ou seja, a ideia de que a sociedade como um objeto de conhecimento pleno que seria passível de ser desvelada pelo cientista social é impossível tendo em vista que os sentidos são sempre precários – porque toda produção de sentido pode ser alterada na relação com os demais discursos presentes no campo da discursividade – e contingentes – porque não há previsibilidade para produção de determinados sentidos no espaço social. Os sentidos antagônicos que impediriam a constituição final da sociedade são fundamentais no pensamento de Laclau. De acordo com Mendonça (2006, p. 71):

“Além desse bloqueio de expansão de sentidos de um discurso em relação do discurso que o antagoniza (condição de impossibilidade), a teoria do discurso enfatiza que o antagonismo é também a condição de possibilidade da constituição discursiva. Paradoxalmente, segundo Laclau (1996), ao mesmo tempo em que o exterior constitutivo (discurso antagônico) ameaça a constituição do interior (discurso antagonizado), ele também representa a própria condição de existência do interior, na medida em que este último se constitui sob a ameaça da presença do primeiro.”

Assim, se não há fundamentos para a constituição da realidade, se as identidades se formam de maneira relacional e os sentidos são sempre precários e contingentes, limitados mas também possibilitados pelos antagonismos, temos em Laclau e Mouffe uma nova ontologia social, calcada na primazia da política: os sistemas de relações sociais, entendidos como formas articuladas de discursos, são sempre construções políticas envolvendo a constituição de antagonismos e o exercício do poder. O social, portanto, existe enquanto um ordenamento específico num dado momento, oriundo de uma construção política, podendo se transformar conforme as mudanças das práticas articulatórias e dos antagonismos das identidades. Ademais, é importante frisar que, seguindo o preciso apontamento de Burity (1997), a ontologia em Laclau não é entendida como uma metafísica da presença ou uma investigação sobre a natureza do ser, mas sim pensada a partir da interface entre poder e objetividade. Por conseguinte, de acordo com palavras do próprio Laclau (1990, p. 61):

“A ‘política’ é uma categoria ontológica: há política porque há subversão e deslocamento do social. Logo, todo sujeito é político por definição. À parte do sujeito, neste sentido radical, só existem posições de sujeito no campo geral da objetividade. Mas o sujeito, tal como é compreendido aqui, não pode ser objetivo: ele se constitui nas margens irregulares da estrutura. Assim, explorar o campo da emergência do sujeito nas sociedades contemporâneas é examinar as marcas que a contingência inscreveu nas estruturas aparentemente objetivas das sociedades em que vivemos.”

Com essas explicações em mente, torna-se mais claro o que Jarvis ambicionava em seu estudo: ao verificar a mobilização de questões temporais nos documentos da Guerra ao Terror, o autor verifica que a fixação de uma concepção temporal exclui outras possibilidades de

interpretação do mesmo evento, levando as respostas do governo norte-americano para determinado campo. Tentar fixar o sentido do evento, por exemplo, em termos de uma luta perene entre o bem e o mal, levaria a uma visão da Guerra ao Terror como um conflito moralmente justo, aonde a inação é impensável. De forma mais concreta ainda, fixar o sentido dos atentados como uma ameaça de natureza diferente daquelas consideradas tradicionais, poderia culminar – como acabou acontecendo – na adoção de medidas extraordinárias, como o conhecido Ato Patriótico. À luz das ideias de Laclau e Mouffe, torna-se mais compreensível a presença de concepções sobre o tempo, a princípio contraditórias, nos discursos do governo Bush: a inscrição de sentidos temporais passa a ser um ato precário e contingente, podendo, portanto, variar conforme as práticas articulatórias.

Por sua vez, o CDA¹¹, em que pese as semelhanças iniciais com Laclau e Mouffe, possui visões distintas sobre o papel do discurso na construção do mundo e sobre o foco da análise que, para fins de apresentação, podem ser inicialmente vislumbradas a partir da crítica que Fairclough (2008, p. 87)¹² dirige à Foucault:

“Embora eu aceite que tanto os objetos quanto os sujeitos sociais sejam moldados pelas práticas discursivas, eu desejaria insistir que essas práticas são constrangidas pelo fato de que são inevitavelmente localizadas dentro de uma realidade material, constituída, com objetos e sujeitos sociais pré-constituídos. Os processos constituídos do discurso

¹¹ Ainda que Fairclough seja considerado um dos principais expoentes do CDA, o grupo é composto por outros nomes reconhecidos mundialmente, tais como Ruth Wodak, Siegfried Jäger e Teun Van Dijk. A grande meta comum a todos esses autores, nas palavras de Van Dijk (2001, p. 96), seria verificar *qual o papel do discurso na produção e reprodução de abusos de poder e de relações de dominação*. Enquanto a coletânea organizada por Wodak e Meyer (2001) é um bom ponto de partida para se conhecer a diversidade do CDA, o livro de Resende e Ramalho (2006) é uma excelente introdução às ideias de Norman Fairclough.

¹² Apesar de utilizarmos a edição de 2008 neste artigo, a publicação do livro de Fairclough é datada de 1992 e a tradução para o português é de 2001.

devem ser vistos, portanto, em termos de uma dialética, na qual o impacto da prática discursiva depende de como ela interage com a realidade pré-constituída. Com respeito aos objetos, talvez seja útil usar ambos os termos de referência e significação: o discurso inclui referência a objetos pré-constituídos, tanto quanto a significação criativa e constitutiva dos objetos. (...) os sujeitos sociais constituídos não são meramente posicionados de modo passivo, mas capazes de agir como agentes e, entre outras coisas, de negociar seu relacionamento com os tipos variados de discurso a que eles recorrem.”

À argumentação acima, pode ser acrescentada ainda a queixa que Fairclough faz ao pouco espaço que Foucault dá para uma análise mais minuciosa da questão da resistência ao poder. Ainda que o filósofo francês afirme que o exercício do poder acarreta necessariamente resistência, Fairclough (2008, p. 83) argumenta que se tem uma visão de que a oposição é sempre contida e representa uma ameaça pequena.

Para explicitarmos as diferenças entre as abordagens, podemos afirmar que, enquanto para Laclau e Mouffe o discurso é constitutivo da realidade, ou seja, a história se desenvolveria dentro do discurso, para os CDA o discurso possui uma relação dialética com a realidade, ou seja, e em conformidade com a citação acima, o discurso é apenas um domínio dentre outras práticas sociais e relacionar-se-ia com esses outros momentos. A consequência seria que alguns aspectos do mundo social funcionam de acordo com lógicas diferentes do discurso e, portanto, devem ser investigados com outras ferramentas e não apenas aquelas da análise discursiva. O discurso em Fairclough, por conseguinte, está restrito a textos, conversas e outros sistemas semiológicos, como a moda, por exemplo, enquanto que, para Laclau e Mouffe, utilizar categorias inicialmente criadas no âmbito da linguística possibilitaria explorar analiticamente processos sociais que compartilhariam elementos

semelhantes aqueles encontrados na linguagem. É necessário destacar também que em Fairclough o sujeito tem maior possibilidade de ação, ou seja, ao mesmo tempo em que é influenciado pelo discurso também é capaz de mobilizá-lo, diferentemente de Laclau e Mouffe, para os quais o sujeito seria constituído e determinado pelas regras do discurso.

Para Fairclough (2001), um texto é apenas uma parte do processo discursivo. Esse mesmo processo inclui o processo de produção, no qual o texto é um produto, e o processo de interpretação, no qual o mesmo texto é um recurso. Aqui, a análise do texto em si é apenas um movimento da AD. Para esclarecer a situação, é interessante a apresentação da concepção tridimensional do discurso (FAIRCLOUGH, 2008, p. 101):

Figura 1

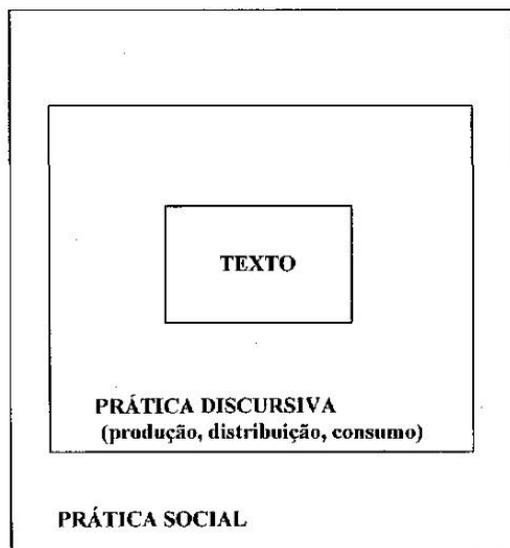


FIGURA 3.1 Concepção tridimensional do discurso

Da figura, teríamos três dimensões criadas com o propósito específico de organizar a análise. Em primeiro lugar, temos a análise do

texto propriamente dito, cuja preocupação principal são as propriedades formais do mesmo, tais como vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. Na dimensão da prática discursiva, os esforços seriam direcionados para o exame da produção, distribuição e consumo textual, visto que textos são produzidos em locais diferentes, por pessoas diferentes e tem públicos-alvo distintos. Por fim, discurso como prática social refere-se a processos anteriores ou seja, como processos relativos à economia – relações de trabalho, por exemplo – e à política – relações entre grupos e partidos políticos, por exemplo -, dentre outros, impactam o texto e como este influenciaria estes mesmos processo e a sociedade. O embasamento modelo tridimensional jaz no princípio de que textos não podem nunca ser entendidos isoladamente; a melhor maneira de analisá-los é vis-à-vis redes de outros textos e em relação ao contexto social. No entanto, temos ainda uma forte herança foucaultiana nos CDA, que não é negada: discursos são vistos como estruturas que limitam o escopo de ação do sujeito e as possibilidades para inovação.

Tais entendimentos sobre discurso e a realidade social possuem implicações importantes para o foco da análise. Assim, no CDA, objetivar-se-ia verificar as práticas discursivas que constroem determinadas representações do mundo, e qual o papel dessas mesmas práticas para o avanço de interesses de dados grupos sociais. Nota-se, dentre outras coisas, que, enquanto Laclau e Mouffe são contrários a qualquer essencialização de classe ou identidade e que as mesmas apenas se constituem no discurso, Fairclough, ao dissociar práticas discursivas de não-discursivas, está habilitado a iniciar sua análise com identidades previamente construídas, pois o discursivo é apenas um domínio da realidade. Ou seja, teríamos uma classe dominante já constituída e a idéia

seria verificar como o discurso funciona para alavancar seus interesses. Deste modo, nos CDA é possível distinguir discursos ideológicos e não-ideológicos, enquanto que, para Laclau e Mouffe, verdade, sujeitos e relações entre sujeitos são criadas no discurso e não haveria necessidade de se desvelar o discurso e encontrar uma verdade mais genuína ainda. É nesse sentido que Jorgensen e Phillips (2002) argumentam que as investigações do CDA estariam próximas de discursos do cotidiano, enquanto que Laclau e Mouffe privilegiariam discursos mais abstratos.

Em trabalho posterior, juntamente com Lillie Chouliaraki, Fairclough (1999) propõe algumas modificações em seu modelo, fortalecendo a importância da análise da prática social. Ou seja, seguindo Resende e Ramalho (2006), a centralidade do discurso na análise foi questionada, reforçando ainda mais a ideia de que o mesmo seria apenas um momento das práticas sociais, justificando essa mudança pelo fato de que uma centralização na linguagem e no semiótico enfraqueceria uma proposta teórica que se pretende dialética. Logo, o novo modelo proposto pelos autores é composto de cinco etapas, abaixo descritas:

1. Percepção do problema: identifica-se uma problemática calcada em relações de poder desiguais, na distribuição assimétrica de recursos materiais e simbólicos e na naturalização de discursos particulares como sendo universais, entre outros.
2. Obstáculos a serem superados: identificação de obstáculos na prática social que sustentam o problema em questão. Nessa etapa teríamos as análises de conjuntura, as quais averiguariam das práticas sociais das quais o discurso em questão é parte; análise da prática particular, ou seja, verificando a relação entre o discurso e prática social em questão; e a análise do discurso,

interessada na estruturação do texto.

3. Função do problema na prática: verificação da função do texto na prática discursiva e social.
4. Superação dos problemas: explorar as possibilidades de mudança que porventura possam existir.
5. Reflexão sobre a análise: toda análise deve ser reflexiva, ou seja, pensar sobre o próprio ato de análise.

Por fim, os CDA apresentam um importante componente normativo: a crítica almeja desnudar o papel das práticas discursivas na manutenção das relações desiguais de poder. Este e os outros pressupostos dos CDA estão presentes no livro de Jackson, posto que é uma das metas do autor mostrar como as práticas discursivas da Guerra ao Terror tornaram possíveis as práticas de contraterrorismo levadas a cabo pela administração Bush. Para tanto, Jackson navega sobre o vocabulário usado nos textos, quais as identidades políticas criadas e como todo esse discurso impacta a realidade. Ao empreender uma análise crítica, Jackson pretende deixar claro como essa interpretação é contingencial e assim pensar novas possibilidades. Ademais, coadunado com Fairclough, Jackson apresenta o papel das autoridades governamentais na produção dos discursos, destacando a ação dos indivíduos como agentes na produção discursiva.

Uma vez aprofundados os fundamentos da AD de Laclau e Mouffe e dos CDA, podemos agora pensar quais são os potenciais, limites e agendas de pesquisa que essas abordagens trazem para Relações Internacionais.

POTENCIAIS, LIMITAÇÕES, RUMOS

Ao pensar as potencialidades da AD, convém sempre recordar que esta não comunga de uma concepção de ciência tal qual das ciências naturais, cuja meta é encontrar as regularidades e prescrever leis gerais. A AD, por sua vez, preocupa-se em entender e interpretar sentidos que são socialmente construídos, ao invés de buscar determinantes causais dos fenômenos. Assim, para além da ruptura com a concepção representacionista da linguagem agrega-se aos objetivos da AD a delimitação de regras específicas e convenções que estruturam a produção de sentidos em contextos históricos particulares. Tem-se, assim, um primeiro potencial e uma possível limitação: de um lado, abre-se um maior espaço para pensarmos, por exemplo, a constituição discursiva de identidades políticas, ameaças e espaços sociais e como tais construções impactam a nossa interpretação da realidade. Por outro lado, na medida em que a AD tem um cunho interpretativista, não é possível extrapolar os achados de determinado contexto para outras situações; caímos, portanto, na questão de como avaliar a validade da análise. Se em análises positivistas poderíamos julgar o sucesso/fracasso de uma pesquisa mediante verificação empírica e falseabilidade, na AD, de acordo com Howarth (2000), um dos critérios para se avaliar uma análise é verificar se a mesma proporciona novas possibilidades de se interpretar os fenômenos sociais e políticos sob escrutínio. Conforme Orlandi (1999, p. 64):

“(...) concluída a análise, o que podemos avaliar é a capacidade analítica do pesquisador, pela habilidade com que ele pratica a teoria, face a sua responsabilidade teórica, portanto, e sua capacidade de escrita – explicitação da análise – para interpretar os resultados de seu processo de compreensão do discurso que analisou.”

Dessa forma, após a análise, o objeto de pesquisa pode ser novamente analisado, sob outras perspectivas. Ainda de acordo com Orlandi (1999, p. 64), as possibilidades de múltiplas análises não depõem contra a AD; pelo contrário, isto está relacionado com o fato de que todo discurso é parte de um processo discursivo mais amplo que recortamos e a forma do recorte determina o modo de análise e o dispositivo teórico da interpretação que construímos.

Outro potencial interessante da AD é a possibilidade de seu uso com investigações de cunho pós-estruturalista e pós-colonialistas. Tendo em vista que essas linhas de pesquisa têm como um de seus focos questões relativas à desigualdade, diferença e identidade nas relações internacionais (CAMPBELL, 1992; INAYATULLAH; BLANEY, 2004, para ficarmos em apenas um exemplo de cada corrente) pelo prisma de como se dá a construção do Outro, a AD presta-se como uma valiosa metodologia para as pesquisas. Ademais, de acordo com Hansen (2006), os estudos pós-estruturalistas de política externa podem se beneficiar do encontro com a AD, visto que a atuação internacional de um país depende da forma como este inscreve sentido e constrói objetos em determinadas situações e, conseqüentemente, que identidades específicas dá a outros Estados, regiões, pessoas e instituições.

Uma limitação importante, pensando aqui principalmente nas abordagens mais ligadas ao CDA e sua aplicação em Relações Internacionais, refere-se ao recorte do objeto de pesquisa. Como se notou, as pesquisas realizadas sob esse prisma privilegiam situações cotidianas e bastante precisas: à guisa de exemplificação, em seu livro de 2001, Fairclough apresenta duas análises, uma sobre o discurso do

Thatcherismo e outra sobre a educação nas escolas. São objetos delimitados, o que facilita o desenvolvimento da investigação. Um dos problemas da análise proposta por Jackson está relacionado ao recorte de seu tema de estudo: os discursos da Guerra ao Terror são um objeto bastante amplo o que dificulta a última etapa da análise, qual seja, a transmissão do discurso e como ele impacta as demais esferas sociais e como estas o influenciam. O capítulo 6 de Jackson, em nosso entender, é o mais frágil pois o autor se propõe a verificar como esse discurso sobre o terrorismo espalha-se pela sociedade norte-americana, desde universidades, mídias, partidos políticos, entre outros. Abre-se um espectro muito amplo para esta etapa da análise e na ânsia para se explicar tudo, em nosso entender perde-se o foco. Ademais, vale destacar que Jackson não apresenta as mudanças no modelo de análise proposto por Chouliaraki e Fairclough (1999), o qual introduz inovações importantes para a realização de uma abordagem crítica do discurso.

Uma possível crítica endereçada às abordagens laclaunianas a partir de ideias do CDA é relativa à acessibilidade da análise. De acordo com Van Dijk (2001), um estilo “esotérico” seria inconsistente com um dos objetivos fundamentais de uma abordagem crítica, qual seja, de que a análise deva ser compartilhada com outras pessoas, em especial aquelas subjugadas. Segundo o autor, as análises do CDA devem ser transmissíveis e compreensíveis, para que estudantes e interessados possam entendê-las e criticá-las. Assim, as abordagens ancoradas em Laclau precisam do conhecimento prévio do sistema de pensamento do autor e a operacionalização dos conceitos laclaunianos é um dos momentos mais difíceis para a execução da análise. Todavia, é importante deixar claro que a proposta de Laclau não é meramente a criação de um arcabouço conceitual para a realização de análises

discursivas stricto sensu, mas sim uma concepção da política como ontologia do social (BURITY, 2008), objetivo muito mais ambicioso e que, portanto, demanda maior conhecimento de todas as etapas e conceitos de seu pensamento.

Por fim, cabe-nos destacar rumos e possíveis agendas de pesquisa resultantes do encontro da AD com Relações Internacionais. Conforme salientado anteriormente, uma área privilegiada vem sendo a construção de identidades políticas nas relações internacionais e como determinados discursos atuam para a manutenção do status quo. Assim, desde 2008 temos o periódico *Critical Studies on Terrorism*, no qual uma das metas é dar espaço para novas formas de se abordar o fenômeno do terrorismo, dentre as quais se destaca a análise discursiva. Há também uma grande leva de autores que buscam tratar questões circunscritas à política externa mediante a AD, destacando-se os trabalhos de Waeber (2005), que pensa como a política externa da França e Alemanha discutiram questões relativas ao Estado, à nação e à Europa; e Larsen (1997) que procura comparar as semelhanças e diferenças entre as políticas externas inglesa e francesa com relação à Europa durante a década de 1980 mediante o uso da AD.

Ainda que poucos, temos exemplos dignos de nota da utilização da AD para o estudo das relações internacionais no Brasil. Mendes (2008; 2010), por meio de uma abordagem ancorada nos trabalhos de Jacques Derrida, procura verificar as mudanças nas narrativas sobre terrorismo do ex-primeiro ministro inglês Tony Blair, iluminando as tentativas de estabilização dos sentidos discursivos. Por sua vez, Resende (2009) analisa os discursos relativos à Guerra ao Terror mediante as contribuições de Laclau e Mouffe, em especial o mapeamento dos

significantes flutuantes; os modos de predicação, pressuposição e posicionamento dos significados, tal qual proposto por Lynn-Doty (1993); e uma análise da estrutura narrativa baseada na semiologia de Greimas (apud RESENDE, 2010).

Ao fim e ao cabo, o que pretendíamos com essa seção era, ao tentar expor algumas potencialidades, limitações e rumos, mostrar que, a despeito de bons trabalhos na área, a conexão AD e Relações Internacionais é uma seara ainda subexplorada. Segundo o diagnóstico de Torfing (2005), para um maior desenvolvimento das já conhecidas potencialidades da AD, assim como a verificação de que outras disciplinas podem se beneficiar desse contato, seriam interessantes (1) um maior número de estudos empíricos, para além da ilustração de argumentos e conceitos; e (2) um enfoque maior nos grandes tópicos de áreas como a sociologia e ciência política, evidenciando que a AD também apresenta contribuições significativas para áreas como segurança internacional e política externa. Deste modo, acreditados que o encontro da AD com as Relações Internacionais é rico para ambas as partes: de um lado, a AD pode proporcionar maior rigor metodológico para análises que versam sobre identidades políticas dadas a países e a construção discursiva de fenômenos como o terrorismo; de outro lado, as Relações Internacionais possibilitariam que a AD desenvolvesse ainda mais seus potenciais ao lidar com temáticas relacionadas ao chamado *hard power* da política internacional, assim como uma grande gama de casos empíricos possíveis de serem analisados pelo prisma do discurso. É o momento, portanto, para aprofundarmos esta união.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUSTIN, John. (1975), *How to do things with words*. Oxford: Oxford Higher Education.
- BARROS, Mariana. (2006), *Pós-Positivismo em Relações Internacionais: contribuições em torno da problemática da identidade*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PPGRI San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUC/SP).
- BRANDÃO, Helena. (2004), *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Editora Unicamp.
- BURITY, Joanildo. (1997), “Desconstrução, hegemonia e democracia: o pós-marxismo de Ernesto Laclau”. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/nabuco/joan7.rtf>>. Acesso em 16 de setembro de 2011.
- _____. (2008), “Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau”. In: MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo. *Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- BUSH, George W. (2010), *Decision Points*. New York: Crown.
- BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ZIZEK, Slavoj (2000), *Contingency, Hegemony, Universality*. London: Verso.
- CAMPBELL, David. (1992), *Writing security: United States foreign policy and the politics of identity*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. (1999), *Discourse in Late Modernity*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- FAIRCLOUGH, Norman. (2008), *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora UnB.
- _____. (2001), *Language and Power*. Essex: Pearson Education Limited.
- FOUCAULT, Michel. (2009), *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. (1996), *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola.
- GRACIA, Tomás. (2004), “O ‘giro linguístico’” In: INIGUEZ, Lupicínio. *Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais*. São Paulo: Vozes.
- HANSEN, Lene. (2006), *Security as Practice: Discourse Analysis and the Bosnian War*. New York: Routledge
- HODGES, Adam. (2008), *The ‘War on Terror’ Narrative: the (inter)textual construction and contestation of sociopolitical reality*. PhD thesis. University of Colorado.

- HODGES, Adam; NILEP, Chad. (2007), *Discourse, War, and Terrorism*. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- HOWARTH, David. (2000), *Discourse*. Buckingham: Open University Press.
- HOWARTH, David; TORFING, Jacob. (2005), *Discourse Theory in European Politics*. New York: Palgrave.
- INAYATULLAH, Naeem; BLANEY, David. (2004), *International Relations and the problem of difference*. New York: Routledge.
- JACKSON, Richard. (2005), *Writing the War on Terrorism: language, politics and counter-terrorism*. Manchester: Manchester University Press.
- JARVIS, Lee, (2009), *Times of Terror: discourse, temporality and the War on Terror*. New York: Palgrave.
- JORGENSEN, Marianne; PHILLIPS, Lousie, (2002), *Discourse Analysis as Theory and Method*. London: Sage.
- KEOHANE, Robert. (1988), "International Institutions: Two Approaches". *International Studies Quarterly*, vol. 32, n°4, p.p. 379-396.
- LACLAU, Ernesto. (1993), *New Reflections on the revolution of our times*. London: Verso.
- _____. (1996), *Emancipation(s)*. London: Verso.
- _____. (2005), *La Razón Populista*. México: FCE.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. (1985), *Hegemony and the Socialist Strategy: towards a radical democratic politics*. London: Verso.
- LAPID, Yosef. (1989), "The Third Debate: on the prospects of international theory in a post-positivist era". *International Studies Quarterly*, vol. 33, n°3, p.p. 235-254.
- LARSEN, Henrik, (1997), *Foreign Policy and Discourse Analysis: France, Britain, and Europe*. London: Routledge.
- LITWAK, Robert. (2007), *Regime Change: U.S. Strategy through the prism of 9/11*. Washington D.C.: Woodrow Wilson Center Press.
- LYNN-DOTY, Roxanne. (1993), "Foreign Policy as Social Construction: a Post-Positivist analysis of U.S. Counterinsurgency Policy in Philippines". *International Studies Quarterly*, vol. 37, p.p. 297-320.
- MENDES, Cristiano. (2010), "Os discursos de Tony Blair: o conceito de terrorismo e as instabilidades de suas estruturas". *Contexto Internacional*, vol. 32, n°1, p.p. 179-204.
- _____. (2008). *A construção do conceito de terrorismo: análise dos discursos do ex-primeiro ministro britânico Tony Blair*. Tese de

- Doutorado em Relações Internacionais. Brasília: UnB.
- MENDONÇA, Daniel de. (2006), *Democracia sem democratas: uma análise da crise política no governo João Goulart (1961-1964)*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRGS.
- MOUFFE, Chantal. (1992), *Dimensions of Radical Democracy*. London: Verso.
- _____. (1993), *The Return of the Political*. London: Verso.
- _____. (2000), *The Democratic Paradox*. London: Verso.
- MUSSALIM, Fernanda. (2001), “Análise do Discurso”. in: MUSSALIM, Fernanda; Bentes, Ana Paula, *Introdução à Linguística – vol. 02*. São Paulo: Cortez.
- MUSSALIM, Fernanda; Bentes, Ana Paula. (2004), *Introdução à Linguística – vol. 03*. São Paulo: Cortez.
- _____. (2001a), *Introdução à Linguística – vol. 02*. São Paulo: Cortez.
- _____. (2001), *Introdução à Linguística – vol. 01*. São Paulo: Cortez.
- ORLANDI, Eni. (1999), *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. Pontes: Campinas.
- PILLAR, Paul. (2003), *Terrorism and U.S. Foreign Policy*. Washington D.C.: Brookings Institution Press.
- PINTO, Celi. (1999), “Democracia como significante vazio: a propósito das teses de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe”. *Sociologias*, nº 2, p.p. 68-99.
- RESENDE, Erica. (2010), *A crítica pós-moderna/pós-estruturalista nas Relações Internacionais*. Boa Vista: Editora UFRR.
- _____. (2009), *Americanidade, Puritanismo e Política Externa: a (re)produção da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas de política externa norte-americana*. Tese de Doutorado em Ciência Política. São Paulo: FFLCH-USP.
- RESENDE, Viviane; RAMALHO, Viviane. (2006), *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto.
- SAUSSURE, Ferdinand de. (2006), *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix.
- TORFING, Jacob. (2005), “Discourse Theory: achievements, arguments, and challenges”. in: HOWARTH, David; TORFING, Jacob. *Discourse Theory in European Politics*. New York: Palgrave.
- Van DIJK, Teun. (2001), “Multidisciplinary CDA: a plea for diversity”. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael. *Methods of Critical Discourse Analysis*. London: Sage.
- WALT, Stephen. (2005), *Taming American Power: the global responses to U.S. primacy*. New York: W.W. Norton and Company, Inc.

- WAEVER, Ole. (2005), “European Integration and Security: analysing the French and German discourses on State, Nation, and Europe”. In: HOWARTH, David; TORFING, Jacob. *Discourse Theory in European Politics*. New York: Palgrave.
- WODAK, Ruth; MEYER, Michael. (2001), *Methods of Critical Discourse Analysis*. London: Sage.